

CIDADE: ESPAÇO DA CIDADANIA¹

Roberto Braga²

Pompeu Figueiredo de Carvalho³

"A cidade. Os modernos quase que completamente esqueceram o verdadeiro sentido desta palavra: a maior parte confunde as construções materiais de uma cidade com a própria cidade e o habitante da cidade com um cidadão. Eles não sabem que as casas constituem a parte material, mas que a verdadeira cidade é formada por cidadãos."

Jean-Jacques Rousseau - O Contrato Social

Introdução

Muitos descreverão a cidade como um aglomerado de edificações, outros, como um aglomerado de gente. Mas, o que faz um aglomerado de edificações e pessoas ser chamado de cidade? O que a distingue de uma simples aldeia? A diferença entre uma cidade e um povoado não é meramente quantitativa. Numa definição sucinta e precisa, Allix(1956) define a cidade como uma aglomeração humana abastecida do exterior, na qual a maioria dos habitantes se dedica a atividades diferentes da exploração agrícola ou pastoril. O que define uma cidade não é a quantidade de pessoas que ali residem, mas o que elas fazem, bem como o seu modo de fazer.

A cidade pode ser entendida como a intervenção mais radical do homem na paisagem. Pode ser compreendida como a síntese da civilização, cujo modo de vida permeia não apenas sua estrutura, mas toda a sua região de influência, moldando um mundo urbano além das suas fronteiras. A cidade é o lugar onde o homem pode desenvolver melhor as suas faculdades intelectuais, dada a coexistência plural de grupos sociais; sendo assim, um lugar onde se pode exercitar de forma ampliada a escolha de um modo de vida mais diverso e, conseqüentemente, a liberdade.

¹ Texto publicado originalmente em: GIOMETTI, Analúcia B. R e BRAGA, Roberto (orgs.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia** São Paulo: UNESP-PROPP, 2004 (p áginas 105 a 120)

² Geógrafo - Professor do Curso de Geografia da UNESP/Campus de Rio Claro. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Autor, entre outros, de: Estatuto da Cidade: Política Urbana e Cidadania e Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional.

³ Arquiteto – Professor do Curso de Geografia da UNESP/Campus de Rio Claro.

No entanto, a cidade, ao mesmo tempo em que favorece o processo civilizatório, pois demanda, na difícil tarefa de construir espaços amigáveis, relações sociais solidárias, exige uma ação social cada vez mais sofisticada, em que os conflitos possam ser resolvidos progressivamente de forma mais democrática, mais justa, mais rica, sobretudo culturalmente, mais sadia e sustentável.

A urbanização: origem e evolução

A humanidade começou a se urbanizar há cerca de 5.500 anos, quando a evolução da agricultura permitiu a produção e estocagem de excedentes e as sociedades tornaram-se mais complexas, com o surgimento das classes sociais baseadas na divisão social do trabalho. A existência de excedentes de alimento implicou novas necessidades: alguém deveria construir os depósitos de alimentos, alguém deveria proteger os depósitos de alimentos, alguém deveria distribuir os alimentos e alguém deveria organizar a produção, a estocagem, a proteção e a distribuição do excedente. A existência de excedentes também possibilitava as trocas, o comércio, e logo surgiram aqueles que se especializaram nessa atividade. Além disso, toda essa estrutura deveria estar concentrada em um só lugar, de modo a facilitar seu funcionamento, e nenhum lugar melhor para concentrar essa estrutura do que os locais de culto religioso, onde se invocavam aos deuses a bênção para as colheitas e a proteção contra os inimigos. Estava criada a cidade, fruto da evolução da técnica e da divisão social do trabalho, lugar de concentração da riqueza, das trocas, do poder político e do poder religioso.

As primeiras cidades surgiram na Ásia, na Mesopotâmia⁴. A partir de então, se desenvolveram no norte da África (Vale do Nilo) e no resto da Ásia (até a Índia e China). Posteriormente expandiram-se pela região do Mediterrâneo e Europa, sob as civilizações Grega e Romana. No novo mundo, as cidades se desenvolveram na América central há mais de 2000 anos, sob as civilizações Maia e Asteca (figura 1).

⁴ A região da Mesopotâmia (termo que significa “entre rios”) localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates, no atual Iraque.

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO URBANA NA ANTIGUIDADE

	Ano 3000	Ano 2000	Ano1000	AC	AD	Ano1000
Mesopotâmia*	Eridu	Ur	Babilônia			
Vale do Nilo**		Tebas				
		Mênfis				
Vale do Indo***			Harappa			
			Mohenjo-Daro			
Mediterrâneo/Europa			Ugarit		Cidades Gregas	
			Biblos		Cidades Romanas	
China			Anyang			
			Chengchou			
América Central					Teotihuacan	
					Dzibilchaltun	

* Iraque / ** Egito / *** Paquistão e norte da Índia

Fonte: Sjoberg, (1977)

Souza (2003, p. 46) resume com precisão o processo de surgimento das primeiras cidades:

As primeiras cidades surgem como resultado de transformações sociais gerais – econômicas, tecnológicas, políticas e culturais -, quando, para além de povoados de agricultores (ou aldeias), que eram pouco mais que acampamentos permanentes de produtores diretos que se tornaram sedentários, surgem assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos, que vão abrigar uma ampla gama de não-produtores: governantes (monarcas, aristocratas), funcionários (como escribas), sacerdotes e guerreiros. A cidade irá, também, abrigar artesãos especializados, como carpinteiros, ferreiros, ceramistas, joalheiros, tecelões e construtores navais, os quais contribuirão com suas manufaturas para o florescimento do comércio entre os povos.

A cidade, muito mais que um simples aglomerado de casas ou de indivíduos, é, por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, da sociedade (de gente, de riqueza, de poder, de saber...).

Embora a cidade seja uma instituição milenar, o processo de urbanização⁵ da humanidade só veio a acontecer bem mais recentemente, a partir da revolução industrial, na passagem do século XVIII para o século XIX. Até 1850, nenhum país possuía população urbana superior à rural. O Reino Unido, berço da revolução industrial (e exatamente por isso), foi a primeira nação a atingir esse patamar. O desenvolvimento da cidade industrial moderna, nos moldes que a conhecemos hoje, se deu exatamente nesse período, há cerca de 200 anos atrás, resultando num fenômeno que podemos denominar como sociedade urbano-industrial. Durante os séculos XIX e XX, urbanização e industrialização foram processos praticamente associados. As sociedades se urbanizaram na medida em que se industrializaram (fig 2).

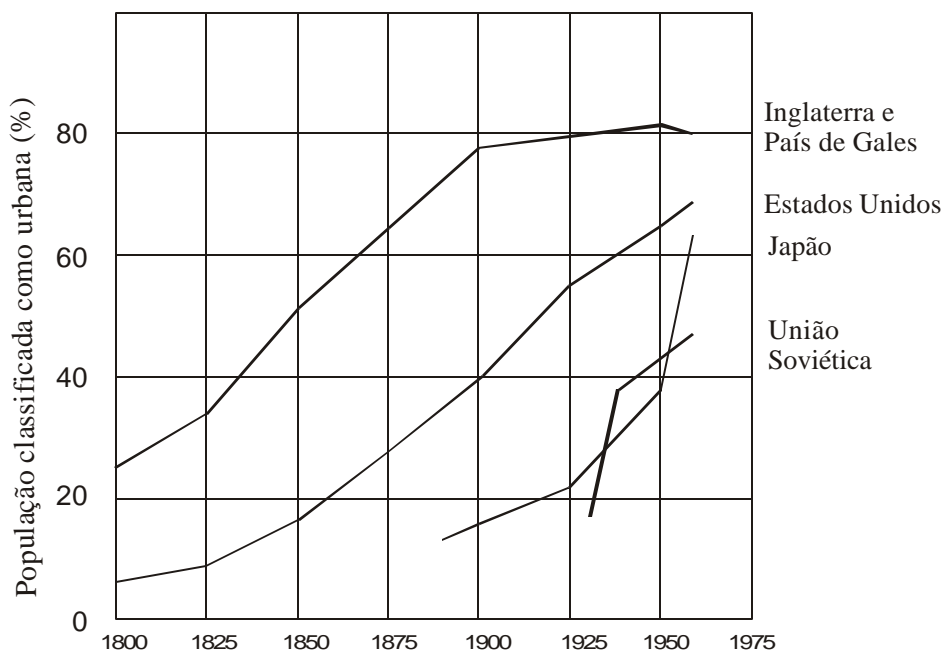


FIGURA 2 – URBANIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS NAÇÕES INDUSTRIALIZADAS

Fonte: Davis (1977)

Nos países do terceiro mundo, a industrialização e, conseqüentemente, a urbanização ocorreram tardiamente e com algumas peculiaridades. Se no primeiro mundo a urbanização ocorreu como decorrência do desenvolvimento, no terceiro mundo a urbanização não tem uma

⁵ Consideramos aqui o conceito demográfico de urbanização adotado por Davis (1977), que é o aumento do percentual da população urbana em relação à total. Assim sendo, pode-se dizer que uma sociedade está se urbanizando na medida em que o crescimento da população urbana é maior do que o da população rural. Outra acepção do termo urbanização, adotada por arquitetos e urbanistas, é o da implantação de equipamentos e benfeitorias urbanas no espaço. Portanto, construir escolas, pavimentar ruas e implantar rede de esgoto é urbanizar o espaço; um bom exemplo são os programas de urbanização de favelas. Em geografia são utilizados os dois conceitos de urbanização.

relação tão direta com o desenvolvimento. No Brasil, o urbano se implantou como ponta da rede do poder colonial para explorar o território, primeiro através da extração e depois da agricultura.

Das doze maiores aglomerações urbanas do mundo, oito encontram-se em países do terceiro mundo (tab.1). Por que isso ocorre? Porque, como assinala Rochefort (1998), nos espaços subdesenvolvidos as metrópoles não são apenas lugares de concentração da riqueza de um país (como Nova York, por exemplo), mas cumprem também um outro papel fundamental: são o receptáculo das migrações de populações miseráveis.⁶ Crescem, portanto, em função da pobreza.

TABELA 1 - MAIORES AGLOMERAÇÕES URBANAS* DO MUNDO (2000)

	<i>Aglomeração</i>	<i>País</i>	<i>População (milhões de habitantes)</i>
1	Tóquio	Japão	26.444
2	Cidade do México	México	18.066
3	São Paulo	Brasil	17.962
4	Nova York	EUA	16.732
5	Mumbai (ex-Bombain)	Índia	16.086
6	Los Angeles	EUA	13.213
7	Calcutá	Índia	13.058
8	Xangai	China	12.887
9	Daca	Bangladesh	12.519
10	Delhi	Índia	12.441
11	Buenos Aires	Argentina	12.024
12	Jacarta	Indonésia	11.018

*Incluem as cidades circunvizinhas conurbadas (por exemplo: a aglomeração urbana de São Paulo

é composta por 39 cidades interligadas)

Fonte: Mundo em Dados 2003. Exame/Almanaque Abril. Dados: FNUAP

Organização: Roberto Braga e Pompeu Figueiredo de Carvalho

A urbanização brasileira

O Brasil, até a metade do século passado, era um país eminentemente agrário. A cidade de São Paulo, por exemplo, em meados do século XIX, não passava de uma pequena cidade provinciana (Figura 3), sendo suplantada por cidades como Recife e Belém. No ano de 1900, menos de 10% da população brasileira morava em áreas urbanas e apenas quatro

⁶ Essas populações passam a viver das sobras e, até mesmo, na sombra dos mais abastados. Muita gente em grandes áreas urbanas, por exemplo, vive dos subempregos, do emprego precário e até mesmo da coleta do lixo deixado nas portas das casas dos bairros ricos, desde a sobra de alimentos até a reciclagem de materiais.

idades brasileiras possuíam mais que 100 mil habitantes: Rio de Janeiro, com 691 mil habitantes, São Paulo (que graças à cafeicultura já era a segunda maior cidade brasileira), com 239 mil habitantes, Salvador, com 205 mil habitantes e Recife, com 113 mil habitantes (Santos, 1998).



Figura 3 – Cidade de São Paulo em 1821 (Ladeira do Carmo, com ponte sobre o Rio Tamanduateí – Zona Central da Cidade) – Autor: Arnaud Julien Pallière
Fonte: Reis (2000)

Com o processo de industrialização, que se inicia efetivamente em meados do século XX, concentrado no Sudeste, a urbanização se intensifica e, já na década de 1960, a população passa a ser majoritariamente urbana (Tabela 1) e São Paulo transforma-se na maior metrópole brasileira.

TABELA 2 – URBANIZAÇÃO BRASILEIRA 1940-2000

<i>Anos</i>	<i>População Urbana</i>	<i>Taxa de incremento decenal (%)</i>	<i>Taxa de urbanização (%)</i>
1940	12.880.182	---	31,24
1950	18.782.891	45,83	36,16
1960	31.303.034	66,66	44,67
1970	52.084.984	66,39	55,92
1980	80.436.409	54,43	67,59
1991	110.990.990	37,99	75,59
2000	137.953.956	24,29	81,25

Fonte: IBGE / Organização: Roberto Braga e Pompeu Figueiredo de Carvalho

Nas últimas seis décadas do século XX, o Brasil passou por um processo acelerado de urbanização, com a população das cidades multiplicando-se por mais de dez e atingindo a marca de 81% da população brasileira no ano 2000, um índice superior ao dos países

desenvolvidos como Itália (67%), França (76%) e Estados Unidos (77%)⁷. Esse processo de urbanização é descrito por Santos (1998, p. 69) da seguinte maneira:

Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio de metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

O processo de metropolização é uma característica marcante da urbanização brasileira. Atualmente cerca de 69 milhões de brasileiros, aproximadamente a metade da população urbana brasileira, vive em regiões metropolitanas (Tabela 3).

TABELA 3 – POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS.- 2000

RM de São Paulo (SP)	17.878.703
RM de Rio de Janeiro (RJ)	10.894.156
RM de Belo Horizonte (MG)	4.819.288
RM de Porto Alegre (RS)	3.658.376
RM de Recife (PE)	3.337.565
RM de Salvador (BA)	3.021.572
RM de Fortaleza (CE)	2.984.689
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)	2.952.276
RM de Curitiba (PR)	2.726.566
RM de Campinas (SP)	2.338.148
RM de Belém (PA)	1.795.536
RM de Goiânia (GO)	1.639.516
RM da Baixada Santista (SP)	1.476.820
Grande Vitória (ES)	1.425.587
Grande São Luís (MA)	1.070.688
RM de Natal (RN)	1.043.321
RM de Maceió (AL)	989.182
RM de Norte/Nordeste Catarinense (SC)	926.301
RM de Florianópolis (SC)	816.315
RM de Londrina (PR)	647.854
RM do Vale do Aço (MG)	563.073
RM de Vale do Itajaí (SC)	538.846
RM de Maringá (PR)	474.202
RM da Foz do Rio Itajaí (SC)	375.589
RM Carbonífera (SC)	324.747
RM de Tubarão (SC)	324.591
TOTAL	69.043.507

Fonte: EMPLASA / IBGE – Censo 2000.

⁷ Dados relativos ao ano de 2000. Fonte: Almanaque Abril 2002.

Uma região metropolitana é um aglomerado urbano composto por vários municípios administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente, formando uma mancha urbana praticamente contínua⁸. A Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, é composta por 39 municípios. Até a Constituição de 1988, as Regiões Metropolitanas eram criadas pelo Governo Federal. A partir de então, os próprios estados puderam criar suas regiões metropolitanas seguindo normas próprias. Com isso criou-se a distorção de um Estado como Santa Catarina possuir o dobro de regiões metropolitanas do estado de São Paulo, além da criação de regiões metropolitanas pouco expressivas demograficamente como a de Tubarão em Santa Catarina, com pouco mais de 300 mil habitantes, o equivalente à cidade de Piracicaba, no interior paulista.

O conceito de região metropolitana deve ir além da mera definição legal. Para Santos (1998), o fenômeno da metropolização corresponde à macrourbanização e apenas as aglomerações urbanas com mais de um milhão de habitantes deveriam merecer tal denominação.⁹

Outro fenômeno importante da urbanização brasileira é o papel crescente das cidades médias¹⁰ na rede urbana. Nas últimas décadas, as transformações econômicas decorrentes do processo de globalização têm implicado mudanças importantes na dinâmica urbano-regional, principalmente no sentido de uma maior urbanização do interior e de uma maior concentração da população em cidades de porte médio.

O número de cidades médias (entre 100 e 500 mil habitantes) saltou de nove para 175 nas últimas cinco décadas. Na década de 1990, a população desse grupo de cidades cresceu 1,9% ao ano, enquanto a população das cidades grandes (com mais de 500 mil habitantes) cresceu 1,4% ao ano.

⁸ Esse processo de integração física de várias cidades é chamado de conurbação.

⁹ Inicialmente, o conceito de metrópole está ligado à etimologia da palavra, que em grego significa cidade-mãe e estava associado com o de cidades-satélite. Assim como as cidades, atualmente o conceito abriga várias configurações espaciais bastante distintas, mas talvez a essência esteja ligada à primazia de uma cidade em relação a outras, geralmente conurbadas, nas quais os problemas devem ser pensados e solucionados através de uma política integrada, de maneira democrática, tantos em termos sociais como econômicos, isto é, embasada numa justa distribuição dos bônus e ônus do processo de desenvolvimento.

¹⁰ O conceito de cidade média é histórica e geograficamente relativo. Há cinquenta anos, quando o Brasil possuía uma população de cerca de 50 milhões de habitantes, da qual pouco mais que um terço estava urbanizada, uma cidade com 20 mil habitantes poderia ser considerada uma cidade média. Hoje, com a população mais que triplicada e atingindo cerca de 80% de urbanização, esse limiar deve ser bem superior. Estudos recentes sobre a urbanização brasileira identificam como 100 mil habitantes o limite demográfico mínimo para a identificação de uma cidade média na maior parte do território nacional (ANDRADE 1998a, 1998b, 2000; SANTOS, 2000).

TABELA 4 - CIDADES MÉDIAS* NO BRASIL: 1950/2000

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1950	9
1960	24
1970	53
1980	68
1991	123
2000	175

*população entre 100 e 500 mil habitantes

Fonte: Santos (2001) / Oliveira(2001)

TABELA 5 - BRASIL: MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE POPULAÇÃO

<i>Habitantes</i>	<i>até 20 mil</i>	<i>20 a 50 mil</i>	<i>50 a 100 mil</i>	<i>100 a 500 mil</i>	<i>acima de 500 mil</i>
BRASIL	4.172	908	279	175	27
Norte	302	103	30	12	2
Nordeste	1.255	395	96	37	9
Sudeste	1.185	267	106	99	11
Sul	1.055	84	30	18	2
Centro-oeste	375	59	17	9	3

Fonte: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

O espaço urbano

As cidades, por sua vez, apresentam várias configurações espaciais, tanto ao longo da história como no espaço, em um único tempo. As várias especificidades estão marcadas principalmente pelo tamanho, mas também por sua história, por sua civilização e por sua inserção na rede regional e mundial, definindo estruturas internas bastante diferenciadas. Como qualquer sistema ou organismo, suas partes se diferenciam quando crescem, tornam-se organismos complexos, mais eficientes, mais processadores de matéria e energia, mais desenvolvidos economicamente, socialmente e culturalmente, mas também com maiores problemas: impactos urbanos, conflitos sociais, disfunções econômicas e políticas.

A cidade é produto e condição de reprodução de uma sociedade. Sua estruturação física em diferentes bairros, ricos e pobres, setores urbanos, salubres e insalubres, apropriações da natureza, centros e periferias são a manifestação das relações sócio-econômicas, do acesso desigual aos meios e condições de produção e de trabalho, historicamente determinadas. Em suma, a estruturação interna de uma cidade reflete a organização social tanto na sua produção

como na distribuição dos seus bônus. Assim, lutar por uma cidade melhor é antes de tudo lutar por uma sociedade mais justa, implicando mudanças nas relações econômico-sociais.

O urbano como morada

O homem moderno, sedentário, mas com grande mobilidade, não mora apenas em uma casa, mas habita ambiências mais amplas na medida em que precisa de mais espaços para a realização de sua existência através de suas várias atividades culturais, produtos de seu processo civilizatório. A cidade pode ser compreendida como a casa estendida do homem. O homem vive em família (hoje, não necessariamente mononuclear e tradicional), em uma casa na qual realiza suas principais atividades fisiológicas e relações afetivas e vive, também, em espaços urbanos, principalmente os públicos – a rua, o bairro, o setor urbano, o centro urbano, o parque urbano – no qual exerce a sua cidadania cívico-cultural e política, relacionando-se com outros indivíduos e grupos sociais. Dessa maneira, é importante compreender a cidade como a casa maior de todos, na qual o homem se enriquece nas relações sociais, principalmente nas livremente escolhidas. Todos, portanto, devem cuidar da cidade como se cuida da sua própria casa, entre outras razões, porque se vive mais na casa maior que na casa menor. A casa é o abrigo, a morada do indivíduo; a cidade é a casa maior, o habitat do homem social, político, civilizado, culturalmente enriquecido, ou seja, um aspecto cada vez mais presente no homem contemporâneo.

A qualidade espacial da cidade e a sua propriedade de favorecer as relações econômicas, sociais e culturais são tão importantes para a formação e educação do homem como é a casa para a criança. O homem se forma tanto nas experiências espaciais na casa como na cidade, estendendo os achados do filósofo Gaston Bachelard em sua famosa obra, *A poética do espaço*¹¹, pois a vida moderna leva a criança a sair de casa mais cedo. “Ser” e “estar” são atributos tão imbricados, que em determinadas línguas existe apenas um verbo para compreender essas duas essências da existência humana, como na inglesa – “To be” – evidenciando a imbricada relação entre subjetividade e espaço, tão estudada pelos psicólogos

¹¹ Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. (...)

(...) na mais interminável dialética, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos.

Por conseqüência, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores de onirismo consoante. Não é mais em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vivida”, não é só na hora presente que se reconhecem os seus benefícios. O verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. (...)(BACHELARD, 1978, P. 200)

e outros cientistas sociais. Carregamos para sempre as nossas experiências espaciais nas várias casas, ruas, bairros e cidades que habitamos. Elas fazem parte do nosso ser, na medida em que elas são o filtro para todas as outras experiências espaciais e de vida. A qualidade dessas experiências espaciais determina a nossa cultura. Não só a casa tem que ser bonita, mas também a escola, a rua, o bairro, o escritório, a cidade. A cidade só é boa e bonita se for para todos, já que a realização de todos demanda relações sociais boas e bonitas entre os homens e com a natureza. O não-eu, o espaço habitado com seus atributos, não deve apenas abrigar o eu, mas libertá-lo para a criação, ou seja, para novas manifestações espirituais, inertes e potenciais no homem. A qualidade de vida que queremos hoje e para o futuro tem um passado, portanto o futuro, o novo, o projeto da casa nova, da cidade, tem um passado. Daí a importância da qualidade dos espaços menores para se pensar os maiores, da casa à cidade, da cidade ao campo e à região, uma vez que é mais exequível a realização mais harmônica em grupos sociais e espaços menores. Os valores criados nestes demandam e condicionam o pensar em grupos sociais em escalas territoriais maiores. Pensar globalmente para agir localmente, mas lembrar que são os valores locais que modelam o pensar global. O sonho alimenta a razão. A razão realiza o sonho, a utopia da cidade boa, bonita e justa para todos.

O solo urbano e seus diversos usos

Toda cidade possui espaços caracterizados por usos diferenciados do solo. Algumas áreas são ocupadas principalmente por residências; outras, por estabelecimentos comerciais e escritórios; outras, por indústrias, e outras, agregando vários usos. Se observarmos com atenção, veremos que a distribuição dos diversos usos na cidade não é aleatória. A maior parte do comércio e dos serviços está localizada no centro da cidade, enquanto as grandes indústrias normalmente estão localizadas em uma área isolada da cidade, em alguma parte da periferia. As indústrias pequenas, por sua vez, normalmente estão mais perto da residência dos trabalhadores. A população mais pobre também está, em sua maior parte, localizada na periferia da cidade, geralmente nas áreas de piores condições geográficas. Os mais ricos também ocupam lugares específicos: ou estão nas áreas centrais, de localização privilegiada, ou ocupam áreas nobres da periferia, nos chamados “loteamentos fechados”, com todo o conforto e, principalmente, segurança.

Podemos dizer que essa distribuição de usos no espaço urbano obedece, num primeiro momento, a uma lógica de natureza econômica, de caráter quase que espontâneo. Ao buscar a localização para nossas atividades no espaço, buscamos via de regra maximizar a utilidade desse espaço, através das vantagens que ele nos pode oferecer, por exemplo: por que é que a maioria dos estabelecimentos comerciais, bancários e escritórios procuram se instalar no centro da cidade? Em primeiro lugar porque é lá que estão instalados os demais comércios e serviços da cidade, desse modo um estabelecimento aproveita o cliente do outro. Por outro lado, o centro, por sua posição geográfica maximiza os deslocamentos. Desse modo com apenas uma viagem você pode comprar roupa, sapato, ir ao escritório de advocacia e ainda sacar dinheiro no banco. Por isso, o setor terciário (comércio e serviços) tende a se aglomerar, seja no centro da cidade, seja nos centros dos bairros. A essa vantagem que tais estabelecimentos levam por se concentrar em determinados locais chamamos de economia de aglomeração.

Esse efeito de aglomeração tende a se manifestar até mesmo por setores de atividade. Quem conhece a cidade de São Paulo, já deve ter ouvido falar na Rua São Caetano, a rua das noivas, onde se concentram estabelecimentos especializados em artigos para casamento: desde o vestido de noiva ao buquê; ou mesmo a rua Santa Efigênia, especializada em eletroeletrônicos e informática. Se você reparar bem, verá que na sua cidade há uma rua que concentra determinado tipo de comércio ou serviço. Isso é muito comum com as lojas de autopeças e oficinas mecânicas que tendem a se localizar proximamente, geralmente em alguma avenida junto à entrada ou saída da cidade.

As indústrias também não se localizam aleatoriamente, geralmente estão afastadas das áreas residenciais (principalmente as indústrias poluidoras) e normalmente às margens de rodovias ou grandes avenidas. Algumas cidades possuem seus distritos industriais, áreas construídas na periferia especialmente para abrigar as indústrias. No entanto, essa distribuição espontânea das atividades no espaço urbano não ocorre de forma tão equilibrada assim. Com o crescimento da cidade, os usos tendem a se tornar conflitantes entre si e a saturar a capacidade de suporte da infra-estrutura urbana e do meio ambiente. Os usos se agregam não só para compartilhar benefícios – como o agrupamento do comércio, oficinas mecânicas e indústrias - mas também para compartilhar impactos negativos. Assim o dono de uma oficina de conserto de motores não reclama da funilaria ao lado e vice-versa, pois ambos compartilham poluição sonora, além dos clientes. De outro modo, uma escola e uma casa de jogos eletrônicos, ou um hospital e uma boate ruidosa não podem compartilhar a mesma vizinhança. Um shopping center não pode se instalar em uma via que não seja capaz de

comportar o tráfego gerado, ou um depósito de materiais inflamáveis ou perigosos não pode se localizar muito perto de áreas residenciais.

Essas afinidades e conflitos de atividades urbanas são os motivos principais para a realização do zoneamento urbano. O zoneamento é a divisão do espaço urbano em áreas de uso (zonas) conforme as afinidades e conflitos dos mesmos ou a capacidade de suporte do meio físico e da infra-estrutura urbana. O zoneamento define não só o que pode e o que não pode ser instalado em determinada área da cidade (se a zona é industrial, comercial, residencial ou mista), mas o quanto pode ou não pode ser construído, por exemplo: o tamanho dos lotes, a altura dos edifícios, a área livre nos terrenos, etc.

A rede urbana

Todos nós podemos observar que as cidades possuem tamanhos diferentes; há cidades pequenas, médias, grandes e metrópoles. Do mesmo modo, não é difícil perceber que a quantidade de cidades pequenas é maior que a de cidades médias, que a quantidade de cidades médias é maior do que a quantidade de cidades grandes, e assim por diante. Outro aspecto que podemos observar é que as cidades cumprem papéis diferentes: umas são eminentemente agrícolas, outras são industriais, outras são centros de comércio e outras, pólos turísticos ou tecnológicos.

As cidades também não estão isoladas, mantêm relações entre si, sobretudo econômicas. Uma cidade, principalmente as menores, não pode prover todos os bens e serviços necessários à vida de sua população. Frequentemente temos que nos deslocar de nossas cidades para uma maior, a fim de obter serviços ou bens de consumo que não encontramos em nossa cidade (serviços médicos mais sofisticados, carros importados, etc.), e muitos habitantes de cidades menores que a nossa procuram nossa cidade com a mesma finalidade. Esse fluxo de relações econômicas cria laços de interdependência entre as cidades.

Dito isso, não é difícil concluir que existe alguma lógica na organização e distribuição geográfica das cidades, ou seja, que as cidades não se distribuem aleatoriamente no espaço, tampouco são centros isolados. As cidades comunicam-se e interagem umas com as outras estruturando e organizando o espaço geográfico, formando aquilo que chamamos de rede urbana. Nessa rede, as cidades cumprem o papel principal de serem centros distribuidores de bens e serviços e é essa função que define a sua posição na rede urbana.

Nesse sentido, podemos definir a rede urbana como um conjunto de centros urbanos interligados por fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, formando um sistema hierarquizado. Essa hierarquia se dá em função da dependência dos centros secundários em relação aos centros principais na provisão dos bens e serviços necessários à sua população. As cidades que possuem bens e serviços de maior raridade e de maior valor ocuparão uma posição proporcionalmente mais elevada

na hierarquia da rede urbana e essa hierarquia, dentro de uma mesma rede urbana, está freqüentemente associada ao tamanho (população) de uma cidade. O Quadro 1 e a figura 4 demonstram um exemplo de estrutura hierárquica de rede urbana na região de Sorocaba, no Estado de São Paulo, na qual esse fenômeno se manifesta: cidades de menor porte fazendo parte da região de influência de cidades de maior porte.

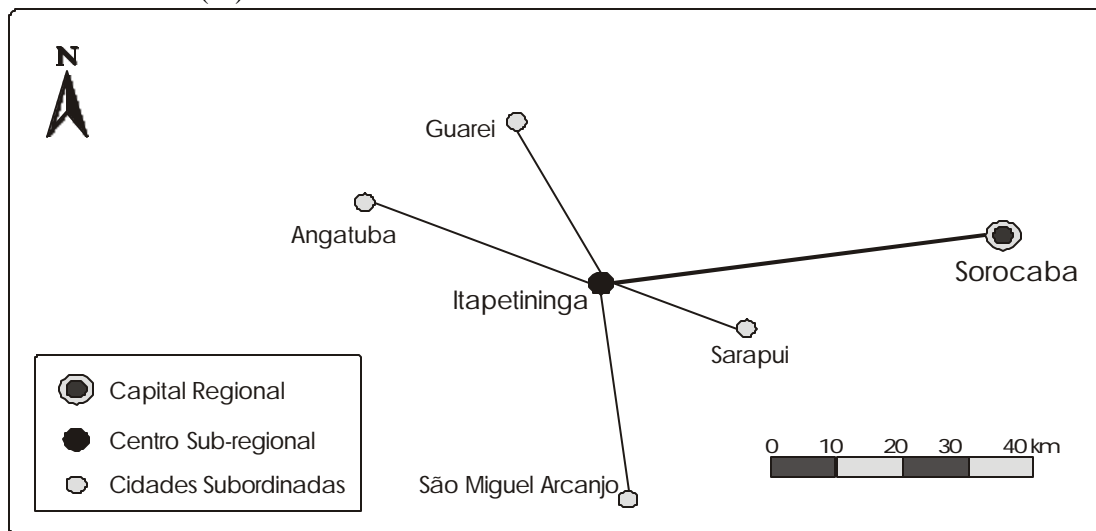
QUADRO 1 - EXEMPLO DE ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE REDE URBANA NA REGIÃO DE SOROCABA (SP)

Capital Regional	Centro Sub-Regional	Cidades Subordinadas
Sorocaba (492.245 hab.)	Itapetininga (125.314 hab.)	Angatuba (19.276 hab.) Guarei (10.179 hab.) São Miguel Arcanjo (30.743 hab.) Sarapui (7.792 hab.)

Fonte: IBGE - Regiões de influência das Cidades – REGIC – 1987 / Dados: População - 2000/SEADE

Organização: Roberto Braga e Pompeu F. de Carvalho

FIGURA 4 –EXEMPLO DE ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE REDE URBANA NA REGIÃO DE SOROCABA (SP)



Fonte: IBGE(2000) / Organização: Roberto Braga e Pompeu F. de Carvalho

Os estudos de rede urbana são fundamentais para compreendermos a completa dimensão da cidade e o processo de urbanização. Não basta olhar para a cidade em si, é preciso contextualizá-la regionalmente, saber qual o seu papel na rede de cidades, em suas diferentes escalas: local, regional, nacional e mundial.

Cidade e cidadania: o sentido da política urbana

A cidadania consiste num conjunto indissociável de direitos e deveres do indivíduo, perante o Estado e a Sociedade, os quais caracterizam a democracia. A cidadania fundamenta-se nos princípios da lei e da igualdade: todos são iguais perante a lei e todos têm o direito de participar, direta ou indiretamente, do processo de elaboração dessas mesmas leis (participação política). A cidadania implica, ainda, direitos sociais ou, como bem coloca Marshall(1967), o “direito de participar, por completo, na herança social, e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.”

Discutindo a questão da educação para a cidadania, Ferreira et alli (2002) reafirmam que a cidadania não é apenas um conjunto de direitos, mas implica também a participação responsável na esfera pública e na vida social, nas quais o cidadão “deverá desenvolver atividade no sentido de lutar pela integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança, tolerância, afirmação da sociedade civil *versus* arbitrário do poder” (FERREIRA et alli, 2002, p. 2 e 3).

A cidade deve ser, portanto, o lugar do exercício pleno da cidadania. Isso significa que, não só a cidade deve proporcionar as condições para que o ser humano se desenvolva material e culturalmente, mas que a própria cidade deve ser fruto do desejo e obra de todos os seus cidadãos. Assim, a política de desenvolvimento urbano deve ser fruto desse exercício.

O Estatuto da Cidade¹² estabelece que a função social da propriedade e o direito à cidade são os fundamentos da política urbana. O que isso significa? Significa primeiramente que o interesse público sobrepõe-se aos interesses privados e que a propriedade urbana deve adequar-se aos princípios do bem-estar coletivo e da justiça social.

A implantação do Estatuto da Cidade e o exercício da função social da propriedade dependem de um instrumento fundamental: o Plano Diretor. Este é o instrumento básico da política urbana, tornado obrigatório pela Constituição de 1988 para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. O Plano Diretor é uma lei, aprovada pela Câmara Municipal, que estabelece as diretrizes para a expansão urbana (delimitação da zona urbana e de expansão urbana, ou seja, para onde a cidade deve crescer), para o zoneamento urbano (controle do uso do solo: locais mais apropriados para a instalação de indústrias, áreas comerciais, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais etc.), para a implantação de loteamentos, para a

¹² A Lei Federal 10.257 aprovada em julho e 2001 que definiu as diretrizes gerais da política urbana no Brasil.

regularização fundiária (loteamentos clandestinos, favelas, cortiços etc.) e tudo mais que diga respeito ao crescimento e ao desenvolvimento da cidade¹³.

O Estatuto da Cidade determina que, na elaboração do Plano Diretor, deve haver, obrigatoriamente, a participação da população, diretamente e indiretamente, através de suas associações representativas. Devem ser feitas conferências da cidade, debates e audiências públicas e os estudos, diagnósticos e propostas elaborados devem ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação, para que todos possam participar em igualdade de condições.¹⁴

O direito à cidade é muito mais do que o direito à moradia, é o direito a uma vida digna dentro de tudo aquilo que uma cidade pode proporcionar: escolas, postos de saúde, hospitais, praças, áreas verdes, água, esgoto, coleta de lixo, enfim, todos os equipamentos sociais e infra-estrutura que possam tornar a vida urbana saudável e segura.

A construção de uma cidade de todos e para todos demanda um fórum permanente de debates políticos e uma agenda social que se traduza em leis, planos e ações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACSELRAD, Henri.(org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALLIX, André. **Manual de geografia general: física, humana y económica**. Madrid: Ediciones Rialp, 1967.

ALVA, Eduardo N. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

ANDRADE, Thompson A. , SERRA, Rodrigo V. **O recente desempenho das Cidades médias no crescimento Populacional urbano**. Rio de Janeiro: IPEA. 1998a. Texto para Discussão n. 554.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

¹³ O Estatuto da Cidade determina que até 2006, todas as cidades com mais de 20 mil habitantes deverão elaborar seus planos diretores, ou adaptar os planos diretores atuais às normas do Estatuto

¹⁴ O ideal é que cada cidade tenha seu conselho municipal de desenvolvimento ou de planejamento urbano, no qual participem as principais entidades representativas da população: sindicatos, associações de bairros, ONGs, universidades, entidades profissionais (como a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB), associações comerciais, etc. Esse conselho municipal deveria participar de todas as etapas da elaboração do Plano Diretor, bem como fiscalizar a sua implementação.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania**. Rio Claro: IGCE-UNESP, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

DAVIS, Kingsley (et. alli). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DÉAK, C. & SHCHIFFER, S.R.(orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Manuela M.; MIRANDA, Branca M.; ALEXANDRE, Fernando. **Educação para a cidadania: tendências actuais**. TETSDAIS - ACTIVE CITIZENSHIP, SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND CULTURAL DIVERSITY 2002 *disponível em* http://www.igu-net.org/cge/TETSDAIS/IE-DH2000_Fernando.pdf. Acessado em 27/02/2004.

FRANCO, Maria de Assunção R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001.

IBGE. **Regiões de influência das cidades - 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA, IBGE, UNICAMP **Configuração e tendências da rede urbana no Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2000

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Ângela M. P.; COSTA, Lais S.; ANDRADE, Thompson A. **Federalismo no Brasil: análise da descentralização financeira da Perspectiva das cidades médias**. Disponível: <http://www.nemesis.org.br/t9.htm>. 2000

SJOBERG, Gideon. **Origem e Evolução das Cidades**. In: DAVIS, Kingsley (et. alli). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.